

JOSÉ CALAZANS E AS “MANIFESTAÇÕES DO NOSSO POPULÁRIO”¹

*Anselmo Ferreira Machado Carvalho*²

RESUMO: O presente artigo discorre sobre a trajetória de José Calasans e sua relação com o folclore. As suas pesquisas sobre o tema reverberaram em artigos nos periódicos baianos ao longo do século XX e sobretudo na sua atuação de defesa do folclore no Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC) e na Comissão do Folclore da Bahia.

PALAVRAS-CHAVE: José Calasans; folclore; Bahia

ABSTRACT: This article discusses the trajectory of José Calasans and his relationship with folklore. His research on the subject reverberated in articles in Bahian periodicals throughout the 20th century and above all in his role in defending folklore at the Bahia State Council of Culture (CEC) and at the Bahia Folklore Commission.

KEYWORDS: José Calasans, folklore, Bahia

1. SOBRE O FOLCLORE

“*Folk lore*”, vem do inglês e significa saber das pessoas comuns, ou da gente comum. No decorrer da modernidade, foi apanágio dos românticos, intelectuais, literatos e poetas que viam no folclore a busca do passado em meio às transformações modernas. Os iluministas, diferentemente dos românticos, estavam mais interessados em ressignificar a noção de saberes populares, dar-lhes um caráter racional.

No Brasil, sobretudo durante o século XIX, foram os românticos os pioneiros a pensar o folclore, entendido, primordialmente como cultura do povo. Era necessário catalogar, localizar, descortinar os folguedos, as danças, as manifestações de caráter popular. Sílvio Romero foi um desses intelectuais preocupados em catalogar em sua terra natal, Sergipe, manifestações populares.³

¹ CALASANS, José. Primeiros estudos de folclore na Bahia. Revista da Academia de Letras da Bahia. Nº 36, nov. 1989, p. 117.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA.

³ A cidade de Lagarto, interior de Sergipe, cidade natal de Sílvio Romero, foi o campo de observação de inúmeras manifestações consideradas folclóricas como ele entatiza que: “No Lagarto, cidade da província de Sergipe, foi que melhor as estudamos. Os brinquedos mais comuns são: O Bumba meu boi, os marujos, o Cego, etc”. ROMERO, Sílvio. Folclore Brasileiro- Cantos populares do Brasil. TOMO I e II. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954, p. 52.

Nas décadas iniciais do século XX, os modernistas, a exemplo de Mário de Andrade, forjaram novas concepções do folclore, ao desvincular o sentido que lhe era atribuído como coisas pitorescas, exóticas, numa tentativa de atribuir um caráter científico ao estudo folclórico, onde a observação etnográfica e de campo seriam uma constante. Para Mário de Andrade, a desvinculação do folclore da alcunha de “popularesco” deveria ser acompanhada de sua contribuição à constituição da identidade nacional, rompendo inclusive uma dicotomia entre cultura popular e erudita.

Depois de Mário de Andrade, ocorre entre as décadas de 1940 e 1950, uma preocupação maior de outros pensadores brasileiros sobre o tema, a exemplo de Gilberto Freyre, Edison Carneiro, Arthur Ramos, Cecília Meireles, Câmara Cascudo — que foi seguida pela institucionalização do folclore. Em 1947, foi criada a Comissão Nacional do Folclore, sob a presidência de Renato Almeida, um dos mais respeitados nomes do assunto no Brasil. Para ele, o folclore deveria ser retratado como uma ciência de interpretação da cultura do povo, com o objetivo de desvendar, através dos “modos de ser dos primitivos o complexo espiritual da nacionalidade”. Completava seu raciocínio com a afirmação de que o “folclore é atividade científica e humana, uma e outra tem de ser realizada com inteligência e com amor, trabalho de campo, de laboratório, de gabinete, de biblioteca, para a investigação, o registro, o cotejo, a exegese”.⁴

As comissões estaduais do folclore se espalharam pelo Brasil, sendo a da Bahia, criada em 1957, sob liderança de Edison Carneiro. Em 1958, foi criada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro que depois se tornaria o Instituto Nacional do Folclore, ligado ao MEC. (CALABRE, 2008, p. 92) Da Campanha, surgiu seu principal veículo de difusão: a *Revista Brasileira de Folclore*, que congregou muitos intelectuais na tentativa de inserir o folclore na pauta das políticas públicas de cultura durante a ditadura civil-militar e ratificar o papel do folclore como vetor principal da identidade nacional. (LORYM SOARES, 2009)

A Campanha e a Revista foram incorporadas à Fundação Nacional de Arte, criada em 16 dezembro de 1975 através da Lei nº 6.312, mas só iniciaria suas atividades no ano seguinte. A FUNARTE foi criada para ser um dos órgãos de execução das diretrizes políticas do governo, conforme orientação do Plano Nacional de Cultura (PNC) de 1975.

⁴ ALMEIDA, Renato. Mensagem aos Jovens folcloristas do Brasil. *Revista Brasileira do Folclore*. Ano V n 13, set/dezembro 1995, p. 225-226.

Aloísio Magalhães, chefe do IPHAN no início dos anos 1980, inspirado também em Mário de Andrade, e vindo da experiência do Centro Nacional de Referência Cultural- CNRC, evitava as noções de cultura popular e folclore, já que, não via os bens culturais como sobrevivências do passado, mas como expressões consagradas. Aloísio Magalhães ressignificou a noção de patrimônio e, com ela, desconstruía a ideia do folclore como algo estático. No entanto, a sua metodologia congregava as expectativas de folcloristas e de pesquisadores, pois juntava o caráter de herança ao de continuidade, a noção de autenticidade dinâmica, mas também preocupação com perigos “alienígenas” que pudessem desvirtuá-las.

Na Bahia, além de Edison Carneiro, afetado e perseguido pelo golpe civil-militar de 1964, outros baianos, estes, não reprimidos, seguiram a trilha na identificação e catálogo dos materiais considerados folclóricos, dentre eles Frederico Edelweiss, Hildergardes Vianna e José Calasans.

2. JOSÉ CALASANS NO CEC

José Calasans Brandão da Silva (1915-2001) nascido em Aracaju, era homem de muita representação nos meios intelectuais. Em Sergipe, participou intensamente das questões culturais e ao chegar à Bahia onde se tornou em 1937, bacharel em ciências jurídicas e sociais, seguiu caminho semelhante. Ao longo de sua trajetória, presidiu casas culturais importantes como o CEC, o IGHB, a ALB, foi professor de História do Brasil da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), e vice-reitor da UFBA.⁵ Nacionalista na juventude, tinha trânsito livre entre militares e civis e participou das principais mobilizações nacionais e regionais em prol da defesa do folclore, a destacar o III Congresso Nacional do Folclore realizado, em 1966, na capital baiana do qual foi presidente.

Suas concepções sobre o folclore em muito influenciaram as diretrizes e ações do Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC), órgão da Secretaria de Educação e Cultura do Estado criado em 1967 na Bahia, responsável pela elaboração das políticas

⁵ Informações obtidas em FFCH /UFBA. Pasta administrativa de José Calasans Brandão da Silva. José Calasans foi convidado por Isaias Alves em 1949 para assumir a regência da cadeira de História Contemporânea, logo em seguida em 1951, leciona História da América, em 1955, assume a cátedra em História Moderna e Contemporânea e em 1973, lhe é concedido o título de Doutor em História pelo concurso de docente livre de História do Brasil. Orientou inúmeros trabalhos de mestrado na FFCH, concomitantes a ocupação de cargos administrativos como o ocorrido em 1974, quando fora nomeado pelo presidente da república, diretor da FFCH, antes de ter exercido o cargo de chefe do Departamento de História.

culturais. (CARVALHO, 2020). Por isso, discutir o lugar do folclore dentro do CEC é importante, já que no âmbito de Brasil e em outros estados, os estudiosos do Folclore integraram o Conselho Federal de Cultura e inúmeros conselhos estaduais. (LORYM SOARES, 2012)

Para o CEC, folclore e cultura popular eram distintas no plano narrativo. Nesse sentido, a opção da instituição foi pelo primeiro. O folclore caricaturiza a cultura, ao mesmo tempo em que a inscreve numa temporalidade estática. O folclore é um lugar de memória — monumentaliza, elogia, consagra; mas também nega o dinamismo, a vitalidade, a força da tradição.

De um ângulo mais amplo essa é a crítica, talvez, mais pertinente que se aplique nesse contexto, ao pensar as concepções do folclore numa perspectiva memorialística.

As publicações sobre o folclore por exemplo, que chegavam ao CEC para serem apreciadas pelos intelectuais do Colegiado ratificavam essa preocupação memorialística. Elas mereceram destaque e foram aprovadas sem maiores problemas. Tratava-se de obras literárias em sua maioria. O debate entre a cultura popular e o folclore, vigente à época, estava resolvido no CEC, que justificava o apoio ao folclore indistintamente. A noção de folclore do CEC girava muito mais no sentido de preservar do que construir, o folclore entendido como preservação do passado, das tradições populares mais autênticas, nacionais, em detrimento muitas vezes, da influência da cultura de massas.

Lucia Lippi informa que, no contexto deste estudo, “preservar a tradição da cultura popular — entrava em choque com a visão da sociologia da época, que acreditava que o passado colonial deveria ser superado, que as regiões atrasadas pouco tinham a contribuir para o desenvolvimento nacional”. (LIPPI, 2018, p.92) A visão de cultura popular para o CEC era sinônimo de folclore, diferentemente de outras noções, que a partir dos anos 1960, sob influência de Bakthin (1987), revisitaram um novo conceito de cultura popular, impregnada do riso, da subversão e dos costumes.

Nos fins dos anos 1980, os estudos de Roger Chartier, apontavam para o conceito de cultura popular como um sistema de representações simbólicas, apropriados de maneiras distintas e que rompia a dicotomia simples entre cultura popular *versus* cultura de elite. (CHARTIER,1995). Enfim, esses debates tangenciaram a atuação de Calasans e do CEC.

3. CALASANS E O FOLCLORE

O historiador José Calasans escreveu inúmeras obras nas quais discorreu sobre o tema do folclore, membro da Comissão Baiana do Folclore na condição de secretário geral entre 1956-1962, o intelectual dedicou estudos no intuito de fazer uma espécie de “arqueologia” do saber folclórico baiano. Revisitou bibliografias, cordéis, fontes impressas, canções e analisou sobretudo as obras dos folcloristas. Na condição de Conselheiro de Cultura, opinou e emitiu pareceres que garantiram recursos para os grupos folclóricos, para publicação de obras de folcloristas, de cancioneiros e de pesquisadores.

Como pesquisador, foi responsável pela pesquisa “*Folclore Geo-Histórico da Bahia*”, financiada pela Campanha Nacional de Defesa do Folclore Brasileiro em 1970, num convênio firmado com a FFCH/UFBA. No parecer favorável a esse convênio, o então diretor da FFCH, Joaquim Batista Neves, relatava sobre a importância dos estudos folclóricos desenvolvidos por Calasans, que envolviam alunos de vários cursos da Universidade, inclusive os de música, além de opinar sobre o autor:

Algun presságio de ser o autor notável professor de história que tanto admiramos, ou do orador primoroso, cujas plamas de eloquência fazem vibrar, com sua palavra fluente e culta, os temas cívicos e históricos que versa com tanta proficiência. Pesquisador atento e lúcido, os seus estudos, sobre o folclore (de que o presente trabalho é exemplo), sobre a historiografia, e, em especial, sobre o messianismo, são hoje em dia, subsídios indispensáveis à literatura desses temas no país e no estrangeiro.⁶

O folclore apareceu em suas principais obras: “*Temas da Província*” de 1944, “*O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*”, apresentado como tese de Livre Docência em 1959, na UFBA, “*No tempo de Antônio Conselheiro*” s/d, “*ABC de Canudos*” escrito em 1969 e inúmeros outros artigos publicados na *Revista de Cultura da Bahia*, na *Revista da Academia de Letras da Bahia (RALB)* e em *Universitas*, Revista do Departamento Cultural da UFBA.

Para Calasans tudo aquilo que surgisse de manifestações genuinamente populares era considerado folclore. Na Bahia, o historiador afirmava que o folclore tinha um caráter reivindicatório, pois muito do que se falava que era de fora, era

⁶ Informações obtidas em FFCH /UFBA. Pasta administrativa de José Calasans Brandão da Silva, 13/01/1970.

manifestação baiana.⁷ Calasans em seus escritos buscava analisar o caráter popular das manifestações folclóricas contidas nos eventos cívicos baianos e nas representações sobre eles. Exemplo do Dois de Julho da Bahia, data cívica maior do estado, e suas expressões recorrentes registradas nos ditados como “o ABC do dois de julho”, expressões como “vá rezar no pé do caboclo”, canções e versos sobre o “O vapor de Cachoeira”⁸, importante vetor de transporte do Recôncavo baiano, região, segundo o historiador, das mais ricas em manifestações folclóricas.

No seio popular circulavam as peças de sagas de personagens que marcaram o cotidiano do Recôncavo da Bahia. “*Tu és um Lucas*” e “*Estrela brilha no céu*”, foram expressões das peças folclóricas mais representativas; a primeira se referia a Lucas da Feira, o “salteador” das roças e das fazendas que, na década de 1840, amedrontava os lares oligárquicos dos sertões; e a outra, o Besouro Mangangá, justiceiro dos malfeitores de Santo Amaro. Uma narrativa depreciava e a outra positivava.

Era preocupação de Calasans registrar, preservar e entender a importância dos versos, das trovas, desenhos e das cantigas, como aconteceu no parecer sobre o livro “*A Língua e o Folclore da Bacia do São Francisco*”, de autoria de um vivente na região por nome Edilberto Trigueiros e indicado pelo CEC para publicação, tendo como argumento principal “o recolhimento de aspectos folclóricos e lexicográficos dos mais ricos da Bahia”.⁹

O ofício de historiador consistia na análise da fonte folclórica e no entendimento dos sentidos atribuídos pelo folclorista, como intérprete do povo, nos acontecimentos que revelavam a identidade da Bahia. Segundo análise do historiador Jairo Nascimento (2008), a perspectiva historiográfica de José Calasans não buscava grandes explicações teóricas sobre os fatos, mas a busca da veracidade, cruzando fontes para checar as informações mais precisas. Foi uma prática historiográfica de influência positivista que não desmerecia em nada o seu pioneirismo na Bahia em considerar as fontes orais equitativas aos documentos escritos em grau de importância e relevo para a pesquisa.

Do mesmo modo como registrava as representações populares sobre personagens importantes de episódios como a Guerra de Canudos. Composições de

⁷ CALASANS, José. Primeiros estudos de folclore na Bahia. Revista da Academia de Letras da Bahia. Nº 36, nov. 1989.

⁸ Caetano Veloso durante o exílio em Londres se reportou na música *Triste Bahia*, do álbum *Transa*, gravado em 1971, os versos “O vapor da cachoeira não navega mais no mar; Triste Recôncavo, oh, quão dessemelhante...”

⁹ PARECER 13/73/75. Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano VI, nº 08, jan-dez 1973.

cancioneiros, registros bibliográficos sobre o comandante da 3ª expedição contra Canudos, o “*Corta cabeças*”, o Moreira César, ajudam na interpretação do gênio psicológico do almoz conselheirista, morto nos sertões da Bahia, como registrado por Calasans, ao citar um poema de um folheto escrito por Jota Sara, pseudônimo de José Aras, escrito em 1963, e reproduzido pelo historiador nos seguintes termos, “e disse Moreira Cesar, por seu ódio não há perdão, foste orgulhoso no mundo, não terá salvação, volte lá para a terra, vá cuidar de sua guerra, no reino da escuridão.”¹⁰

O folclore como contribuição ao nacionalismo foi influência das leituras de Calasans, ainda estudante na Faculdade de Direito, sobre os pensadores estudiosos da questão nacional do período, como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Porém, talvez a influência mais significativa em sua formação fosse Gilberto Freyre e suas teses sobre a democracia racial, que atestavam a resiliência dos portugueses em forjar a nação muito mais pelo apaziguamento do que pelo conflito.

Jairo Nascimento (2008) afirma que a orientação teórica de Calasans nos estudos sobre o folclore está ligada a esse movimento de cunho nacional institucionalizado, que refletia na sua essência, uma preocupação em formar uma identidade nacional brasileira.

Esse movimento nacional institucionalizado ao qual se reporta o historiador Jairo Nascimento (2008) em seu livro sobre a trajetória e escrita historiográfica de Calasans, diz respeito à perspectiva onde se encontrava o historiador, no grupo de pesquisadores que se preocupavam em analisar o nacional a partir do folclore regional. E Calasans não se furtava em valorizar seus antepassados, até os não baianos, como Celso Vasconcelos e Nina Rodrigues, inserindo-os como referenciais na valorização do folclore nacional.

4. CONCLUSÃO

José Calasans foi, antes de tudo, um defensor do folclore, das coisas do povo. A concepção de folclore de José Calasans era consenso dentro de um colegiado tão diversificado como foi o CEC, haja vista, que os pareceres eram unanimidade entre todos que julgavam as coisas do folclore, nos quais a quase totalidade partia da iniciativa de José Calasans sob fortes argumentos. Esse conjunto de pensamentos formava um amálgama das ideias sobre o folclore nas instituições de cultura e

¹⁰ CALASANS, José. Moreira César na poesia popular. *Universitas*. Nº12/13 maio/dezembro 1972, p.42.

educacionais, que o tornava um dos seus principais vetores de atuação na Bahia daqueles anos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renato. Mensagem aos Jovens folcloristas do Brasil. *Revista Brasileira do Folclore*. Ano V n 13, set/dezembro 1995, p. 225-226.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o Contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CALASANS, José. Moreira César na poesia popular. *Universitas*. Nº12/13 maio/dezembro 1972.

_____. Primeiros estudos de folclore na Bahia. *Revista da Academia de Letras da Bahia*. Nº 36, nov. 1989, p. 117.

CARVALHO, Anselmo F. M. *Intelectuais, políticas culturais e poder na Bahia (1968-1987)*. 1. ed. Aracaju: EDIFS, 2020. v. 1. 385p.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisando um conceito historiográfico. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1995, v. 8, n. 16, p. 179-192.

FFCH /UFBA. Pasta administrativa de José Calasans Brandão da Silva, 13/01/1970.

LIPPI, Lucia. *Cultura é patrimônio - um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NASCIMENTO, Jairo. *José Calasans e a história reconstruída*. Salvador: EDUFBA, 2008.

ROMERO, Silvio. *Folclore Brasileiro- Cantos populares do Brasil*. TOMO I e II. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954.

SOARES, Ana Lorym. *Revista Brasileira de Folclore: folclore, intelectuais e políticas culturais (1961-1976)*. 2010. Dissertação (Mestrado- História Social da Cultura – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.